

Tonon Bioenergia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa-Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121 - Conjuntos
1001 a 1005, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e Acionistas da
Tonon Bioenergia S.A.
Bocaina - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Tonon Bioenergia S.A. (“Companhia”), que compreendem: o balanço patrimonial individual em 31 de março de 2014; as demonstrações do resultado e do resultado abrangente individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2014; a demonstração das mutações do patrimônio líquido individual para o exercício findo em 31 de março de 2014; as demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidada para o exercício findo em 31 de março de 2014; e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tonon Bioenergia S.A. em 31 de março de 2014, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas da Tonon Bioenergia S.A., acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de março de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ribeirão Preto, 16 de junho de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



André Luiz Monaretti
Contador CRC-1SP160909/O-3

Tonon Bioenergia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa	7	79.844	304.586	Fornecedores	19	98.053	41.726
Outros investimentos	8	15.474	19.324	Instrumentos financeiros derivativos	25	2.115	1.749
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	1.373	Empréstimos e financiamentos	20	568.861	107.451
Contas a receber de clientes	9	7.549	1.466	Salários e encargos sociais		28.705	14.522
Estoques	10	53.146	31.821	Tributos a recolher	21	2.847	2.675
Adiantamento a fornecedores	11	75.968	38.111	Parcelamentos tributários	22	6.317	5.265
Despesas antecipadas		479	226	Adiantamentos de clientes	23	22.760	7.114
Tributos a recuperar	12	50.051	29.306	Outras contas a pagar		7.494	3.205
Ativos não circulantes mantidos para venda	13	3.028	3.028	Total do passivo circulante		737.152	183.707
Imposto de renda e contribuição social		151	151				
Outras contas a receber		465	1.653				
Total do ativo circulante		286.155	431.045	Fornecedores	19	4.075	12
				Instrumentos financeiros derivativos	25	-	2.879
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	20	796.576	822.558
Despesas antecipadas		39	-	Adiantamentos de clientes	23	57.252	-
Outros investimentos	8	38.139	29.273	Passivo fiscal diferido	14	-	6.546
Adiantamentos a fornecedores	11	37.065	33.430	Provisão para contingências	24	10.354	6.588
Ativo fiscal diferido	14	18.660	-	Parcelamentos tributários	22	6.920	5.839
Tributos a recuperar	12	2.703	475	Total do passivo não circulante		875.177	844.424
Depósitos judiciais		5.302	3.063				
		101.908	66.241	Patrimônio líquido			
Investimentos	15	4.095	4.895	Capital social		88.265	79.310
Imobilizado	16	594.636	354.854	Adiantamento para futuro aumento de capital		50.000	-
Ativo biológico	17	740.067	471.376	Reserva legal		993	993
Intangível	18	138.807	2.259	Reserva de capital		167.216	106.170
				Reserva especial de ágio		34.806	34.806
Total do ativo não circulante		1.579.513	899.625	Reserva de lucros		-	35.940
				Reserva de reavaliação		5.175	-
				Ajuste de avaliação patrimonial		81.973	45.319
				Prejuízos acumulados		(175.088)	-
				Total do patrimônio líquido	27	253.340	302.539
				Total do passivo		1.612.328	1.028.131
Total do ativo		1.865.668	1.330.670	Total do passivo e patrimônio líquido		1.865.668	1.330.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u> <u>IFRS / CPC</u>	<u>Controladora - CPC</u>	
	Nota	2014	2014	2013
Receitas	28	804.551	644.960	594.103
Custo das vendas		(678.759)	(549.501)	(486.555)
Variação do valor justo de ativo biológico	17	51.829	48.586	47.547
Lucro bruto		177.621	144.045	155.095
Despesas administrativas	29	(17.151)	(11.169)	(5.220)
Despesas de vendas	29	(53.724)	(48.677)	(36.030)
Despesas gerais	29	(17.979)	(18.578)	(14.023)
Equivalência patrimonial	15	(946)	(13.962)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	10.152	5.689	(544)
		<u>(79.648)</u>	<u>(86.697)</u>	<u>(55.817)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		97.973	57.348	99.278
Receitas financeiras	30	289.319	264.672	79.148
Despesas financeiras	30	(597.581)	(521.637)	(212.890)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	30	(308.262)	(256.965)	(133.742)
Prejuízo antes dos impostos		(210.289)	(199.617)	(34.464)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	34.832	24.159	19.524
Resultado líquido das operações em continuidade		(175.458)	(175.458)	(14.940)
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-	729
Prejuízo do exercício		(175.458)	(175.458)	(14.211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	<u>Consolidado</u> <u>IFRS / CPC</u>	<u>Controladora - CPC</u>	
Note	2014	2014	2013
Prejuízo do exercício	(175.458)	(175.458)	(14.211)
Varição líquida no valor justo e ativos financeiros mantidos para venda	8.670	8.670	11.692
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	14 <u>(2.948)</u>	<u>(2.948)</u>	<u>(3.975)</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>5.722</u>	<u>5.722</u>	<u>7.717</u>
Resultado abrangente total	<u>(169.736)</u>	<u>(169.736)</u>	<u>(6.494)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva especial de ágio	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de reavaliação			
Saldo em 31 de março de 2012	67.424	-	74.057	34.806	993	32.084	-	55.669	-	265.033
Aumento de capital	11.886	-	32.113	-	-	-	-	-	-	44.000
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	7.717	-	-	-	7.717
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	10.350	-	(10.350)	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(14.211)	-	-	-	(14.211)
Saldo em 31 de março de 2013	79.310	-	106.170	34.806	993	35.940	-	45.319	-	302.539
Aumento de capital	8.955	-	61.046	-	-	-	-	-	-	70.000
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	5.722	-	-	-	5.722
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	8.814	-	(8.814)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50.000	-	-	-	-	-	-	-	50.000
Reserva de reavaliação - Incorporação	-	-	-	-	-	-	5.175	-	(5.175)	-
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído - Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	45.468	(45.468)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	538	-	-	(175.458)	(174.921)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(51.014)	-	-	51.014	-
Saldo em 31 de março de 2014	88.265	50.000	167.216	34.806	993	-	5.175	81.973	(175.088)	253.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Consolidado	Controladora - CPC	
	IFRS / CPC	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(175.458)	(175.458)	(14.211)
Ajustado por:			
Depreciação dos ativos imobilizados	41.812	34.047	38.572
Amortização dos ativos intangíveis	560	528	521
Realização da manutenção de entressafra	79.857	72.216	55.434
Amortização da lavoura e tratos	176.494	144.135	98.945
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(51.829)	(48.586)	(47.547)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(64)	-	(4.011)
Provisão para contingências	2.838	3.010	(13.797)
Ativos e passivos fiscais diferidos	(34.832)	(24.159)	(19.524)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	265.938	223.600	104.088
Mudança no valor justo de instrumentos derivativos	(4.868)	(7.457)	2.840
Valor residual de ativo imobilizado alienado	3.762	1.483	839
Resultado de equivalência patrimonial	946	13.962	(1.752)
	305.156	237.320	200.398
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/diminuição em outros investimentos	(13.145)	(4.908)	28.198
(Aumento)/diminuição de contas a receber de clientes	(1.911)	17.557	6.457
(Aumento)/diminuição de estoques	(1.926)	(1.587)	(3.351)
(Aumento)/diminuição em adiantamentos a fornecedores	(15.234)	(21.606)	(16.622)
(Aumento)/diminuição em despesas antecipadas	226	118	321
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar	(18.189)	(18.028)	(1.722)
(Aumento)/diminuição em outras contas a receber	1.188	1.208	145.005
(Aumento)/diminuição em depósitos judiciais	(1.899)	(1.920)	187
Aumento/(diminuição) de fornecedores	15.392	17.401	(48.151)
Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	4.137	2.910	1.560
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	(5.631)	(6.071)	(5.048)
Aumento/(diminuição) em adiantamentos de clientes	69.860	53.550	(46.698)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	2.546	4.099	3.104
Aumento (diminuição) em parcelamentos tributários	(11.394)	(7.339)	716
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(135.429)	(115.838)	(81.174)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	193.746	156.865	183.181
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição da Paraíso Bioenergia S.A	(50.000)	(50.000)	-
Aumento de capital em investidas	-	(70.000)	-
Investimento em ativo imobilizado	(133.150)	(130.563)	(89.783)
Aquisição de intangível	(7.662)	(7.642)	(363)
Investimento em ativo biológico	(241.364)	(216.700)	(124.665)
Caixa e equivalente de caixa por incorporação	-	38.616	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(432.175)	(436.289)	(214.811)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	229.456	224.780	1.034.848
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	(216.220)	(170.098)	(763.384)
Aporte de capital de acionistas	283	-	44.000
Pagamento de dividendos	-	-	(7.475)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamento	13.519	54.682	307.989
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(224.910)	(224.742)	276.359
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa			
No final do exercício	79.844	79.844	304.586
No início do exercício	304.754	304.586	28.227
	(224.910)	(224.742)	276.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Tonon Bioenergia S.A. tem sua sede localizada na Rodovial Jaú-Araraçu, KM 129, Fazenda Santa Cândida, no Município de Bocaina, Estado de São Paulo, sua estrutura operacional é composta por 3 (três) unidades: uma no Estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Maracajú que tem como denominação “Unidade de Vista Alegre”, e duas no Estado de São Paulo, sendo uma na cidade de Brotas denominada “Unidade Paraíso” e a sede na cidade de Bocaina denominada “Unidade Santa Cândida”. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar, a fabricação e a comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; co-geração de energia elétrica; exploração agrícola de produtos e de matéria-prima.

Aproximadamente 75% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias e de parcerias agrícolas e 25% de fornecedores terceiros.

2 Aquisição e incorporação de controlada

a. Aquisição de controlada

Em 20 de março de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações da Paraíso Bioenergia S.A. por um montante de R\$ 170 milhões com os vendedores individuais e FIP DGF Terra Viva. Em 10 de abril de 2013 a Companhia recebeu a aprovação final para a aquisição do órgão regulador CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e no dia 03 de maio de 2013 a Companhia efetuou pagamento no valor de R\$ 120 milhões compostos por R\$ 50 milhões em dinheiro e R\$ 70 milhões de novas ações emitidas para o FIP DGF Terra Viva. Os restantes R\$ 50 milhões serão pagos, por opção da Companhia, em dinheiro ou mediante a emissão de novas ações, tal como acordado no contrato de compra e venda.

A Companhia determinou a data de aquisição de 03 de maio de 2013 para fins de contabilização segundo o CPC 15 - Combinação de Negócios e IFRS 3.

Os efeitos contábeis relacionados à mensuração do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e contraprestação entregue e suas respectivas divulgações são apresentadas nos quadros abaixo:

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

Saldos em 30 de abril de 2013	R\$
Estoques	(547)
Ativo imobilizado	9.727
Intangível	16.856
Impostos diferidos passivos	(9.040)
Contingências	(541)
Total líquido de ativos identificáveis	16.455

Ágio na aquisição

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi identificado conforme segue:

Valor total da contraprestação transferida	R\$
Valor do contrato de compra de ações	170.000
Valor do patrimônio líquido da adquirida anterior à aquisição	(39.621)
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(16.455)
	<hr/>
Ágio na aquisição	<u>113.924</u>

O valor justo da controlada adquirida foi obtido por meio de laudo de avaliação da Companhia a valor de mercado, segundo as técnicas de avaliação usuais para esse tipo de operação.

O ágio é atribuído principalmente ao aumento de geração de caixa prevista para os próximos exercícios. No balanço patrimonial individual da Companhia e nas demonstrações financeiras, o ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do investimento e no intangível, respectivamente.

b. Reestruturação societária - incorporação

Em 30 de setembro de 2013, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da Paraíso Bioenergia S.A. (“Paraíso”) pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

A incorporação, com data base de 30 de setembro de 2013, está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária da Tonon Bioenergia S.A., devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira das mesmas. Como resultado desta incorporação, a Paraíso foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Paraíso foi avaliado com data base de 31 de julho de 2013, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 80.050, conforme Laudo de Avaliação Contábil Para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativos	31/07/2013
Caixa e equivalente de caixa	5.646
Outros investimentos	3.650
Contas a receber de clientes	22.859
Estoques	16.619
Adiantamento a fornecedores	23.749
Despesas antecipadas	267
Tributos a recuperar	4.836
Mútuo financeiro	15.989
Total do ativo circulante	93.615
Outros investimentos	108
Ativo fiscal diferido	20.785
Tributos a recuperar	301
Mútuo financeiro	242
Depósitos judiciais	325
Despesas antecipadas	48
Imobilizado	211.693
Ativo biológico	145.185
Intangível	613
Total do ativo não circulante	379.300
Total do ativo	472.915
Passivos	31/07/2013
Fornecedores	38.194
Instrumentos financeiros derivativos	10.404
Empréstimos e financiamentos	67.554
Salários e encargos sociais	9.278
Tributos a recolher	4.394
Parcelamentos tributários	5.465
Adiantamento de clientes	5.212
Outras contas a pagar	598
Total do passivo circulante	141.099
Fornecedores	5.534
Empréstimos e financiamentos	240.244
Mútuo financeiro	83
Provisão para contingências	584
Parcelamentos tributários	5.321
Total do passivo não circulante	251.765
Total do passivo	392.865
Acervo líquido	80.050

Como resultado da reestruturação societária acima, a qual resultou na incorporação da Paraíso, a Companhia não está apresentando balanços patrimoniais consolidados. No entanto, a Companhia está apresentando a demonstração do resultado consolidado para o exercício findo em 31 de março de 2014 que é composto por:

- 12 meses de operações da Companhia; mais
- O período de 01 de maio de 2013 a 30 de setembro de 2013 de operações de Paraíso.

3 Entidades do grupo

A Companhia possui participação societária, conforme destacada abaixo:

Entidade	Cidade/Estado- País		Participação acionária	
			2013	
			Direta	Indireta
Auto Posto Santa Cândida Ltda (a)	Bocaina/SP-Brasil	Controla da	100%	-
Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S.A. (b)	Bocaina/SP-Brasil	Coligada	15%	-
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I S.A. (b)	Maracaju/MS- Brasil	Coligada	15%	-

- (a) As demonstrações financeiras não foram consolidadas devido à imaterialidade dos saldos da empresa controlada;
- (b) Investimento contabilizado pelo valor justo.

4 Base de preparação

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras anuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BR GAAP) que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), conhecidos coletivamente como BR GAAP.

As demonstrações do resultado consolidadas e a demonstração do resultado abrangente foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, no caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, devido ao fato de que os investimentos em controladas sob as práticas contábeis adotadas no Brasil foram contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, até o momento da incorporação pela Companhia, sendo que, para o IFRS, esses investimentos seriam contabilizados pelo custo de aquisição ou valor justo.

No entanto, não há diferença entre o resultado consolidado apresentado pela Companhia e os resultados da controladora nas demonstrações financeiras individuais. Assim, o resultado e o resultado abrangente consolidados da Companhia e de suas controladas, e individuais da

controladora estão sendo apresentados lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de junho de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas de vendas.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 14 - Ativo e passivo fiscal diferido; e
- Nota 25 - Instrumentos financeiros.

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 - Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 17 - Ativo biológico; e
- Nota 24 - Provisão para contingências.

5 Descrição das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os trimestres apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões, de compra e de venda, baseadas em

seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido devem ser medidos pelo custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com de vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos a vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos com um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

(iii) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e preço. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas contra o resultado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado) e são reconhecidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais líquidas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que eles estão instalados e prontos para uso ou em caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que o ativo está concluído e está pronto para uso.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	2014	2013
Edificações e benfeitorias	2,34%	3,38%
Instalações	6,00%	9,17%
Máquinas e equipamentos	5,78%	10,49%
Móveis e utensílios	10,56%	10,27%
Equipamentos de informática	20,31%	20,87%
Veículos	14,29%	15,39%
Ferramentas e acessórios	5,51%	32,00%
Máquinas e implementos agrícolas	9,41%	9,01%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, se apropriado.

d. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, quando necessário, das perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é de 5 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de trimestre financeiro e ajustados caso seja adequado.

e. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo transferido dos ativos biológicos para estoque é o seu valor justo menos as despesas para de venda, apurados na data do corte.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (*incluindo recebíveis*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do período e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa “UGC” exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Ativos classificados como não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos biológicos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizados não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não ficam sujeitos a aplicação do método de equivalência quando classificados como mantidos para venda.

j. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor.

m. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

n. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a) Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b) O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos de aplicações financeiras, variação cambial, juros, multas contratuais e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos, despesas bancárias, variação cambial e perdas com instrumentos financeiros derivativos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método dos juros efetivos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras .

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de

juulgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada com uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado é rerepresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

6 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Ativo biológico

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas, e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com o método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação

(iii) Contratos de câmbio e swaps de fluxo de caixa

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

O valor justo de contratos de swaps de fluxos de caixa é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

(iv) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

7 Caixa e equivalente de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	64.601	2.809
Aplicações financeiras		
Modalidade pós- fixada		
CDB 97% a 100% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	10.201	-
CDB 97% a 100% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	-	156.200
CDB 101% a 102,3% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	-	145.387
CDB 109% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	4.097	-
Aplicação financeira automática	515	190
Depósito Margem	430	-
	79.844	304.586

(*) Taxa média ponderada

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data da demonstração da posição financeira em que o valor não exceda o valor de mercado. Esses investimentos podem ser imediatamente resgatados sem penalidades ou perdas.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

8 Outros investimentos

	2014	2013
Circulante		
Aplicações financeiras		
Modalidade pós-fixada		
CDB 98% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	7.660	-
CDB 100% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	7.793	7.137
CDB 101% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	21	29
CDB 101,6% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	-	8.620
Quotas	-	3.538
	15.474	19.324

Investimentos patrimoniais

Centro de Tecnologia Canavieira (a)	357	357
Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S.A. (b)	17.032	13.261
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I S.A. (b)	20.642	15.655
Outros (a)	108	-
	38.139	29.273

(*) Taxa média ponderada

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

(a) Investimentos reconhecidos pelo custo.

(b) A Companhia firmou uma parceria estratégica com o Grupo Energisa SA, uma empresa de energia no Brasil. Em conexão com esta parceria, a Companhia vendeu os ativos de co-geração para a Energisa e firmamos a troca de bagaço com a energia e vapor produzido nas usinas que continuam a operar. A venda foi acordada em Dezembro de 2011, no qual a Companhia concordou em vender ações de quatro Sociedades de Propósito Específico, ou SPEs: (i) Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I SA, ou USC I, em que foi transferido todos os ativos de co-geração da fábrica de Santa Cândida, (ii) Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II SA, ou USC II, em que foi transferido todos os direitos de construção e operação em caso de expansão da nossa Santa Cândida co-geração de plantas, (iii) Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I SA, ou UVA I, em que foi transferido todos os ativos de co-geração da fábrica Vista Alegre, e (iv) Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II SA, ou UVA II, em que foi transferido todos os direitos de construção e de operação em caso de expansão da instalação de co-geração de Vista Alegre. Nos termos da compra de ações, a Energisa adquiriu: (i) 85% do capital da USC I, (ii) 85% do capital da UVA I, (iii) 100% da capital da USC II, e (iv) 100% do capital da UVA II por um valor total de aproximadamente R\$ 150 milhões. Nos termos dos acordos, em 20 anos a Energisa vai vender para a Companhia os ativos detidos por cada uma das SPEs USC I, II USC, eu UVA e UVA II.

Estes investimentos são classificados como disponíveis para venda e a mudança do valor justo referente a mensuração subsequente são contabilizados como outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de março de 2014, a mudança do valor justo foi de R\$ 5.722, líquidos de impostos.

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

9 Contas a receber de clientes

	2014	2013
Contas a receber - Mercado externo	7.387	-
Contas a receber - Partes relacionadas (nota 26)	535	1.466
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(373)	-
	7.549	1.466

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia em 31 de março de 2014 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na Nota Explicativa 25 - Instrumentos financeiros.

10 Estoques

	2014	2013
Almoxarifado e outros	31.424	19.767
Produtos acabados		
Açúcar	1.880	6.503
Etanol	19.799	5.543
Levedura	12	-
Óleo	31	8
	53.146	31.821

Em 31 de março de 2014, materiais de almoxarifado e outros, mercadorias e alterações em produtos acabados, reconhecidos no custo de venda, totalizavam R\$ 549.501 (R\$ 486.555 em 31 de março de 2013).

11 Adiantamento a fornecedores

	2014	2013
Adiantamento fornecedores diversos	4.135	425
Adiantamento fornecedores de cana	104.908	61.464
Adiantamento fornecedores - Partes relacionadas (nota 26)	3.990	9.652
	113.033	71.541
Circulante	75.968	38.111
Não circulante	37.065	33.430

Os adiantamentos a fornecedores de cana são representados, substancialmente, por valores adiantados a parceiros agrícolas conforme previsões contratuais, cuja entrega do produto ocorrerá na próxima safra.

12 Tributos a recuperar

	2014	2013
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.071	18.482
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	22.083	3.055
Programa de integração social - PIS	3.278	3.840
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.487	2.808
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	887	466
Outros tributos a recuperar	948	1.130
	52.754	29.781
Circulante	50.051	29.306
Não Circulante	2.703	475

13 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda em 31 de março de 2014 (R\$ 3.028) referem-se aos ativos imobilizados de uma subestação de conexão com a rede de distribuição de energia, localizada no município de Maracaju/MS, os quais estão em negociação com a empresa de distribuição de energia do estado do Mato Grosso do Sul.

14 Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposta de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2014	2013
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(199.617)	(34.464)
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social utilizando a alíquota combinada	67.870	11.718
Adições (exclusões) permanentes	(7.645)	7.806
Baixa por incorporação	(36.066)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	24.159	19.524
Alíquota efetiva	12%	57%

As movimentações ocorridas no período findo em 31 de março de 2014 estão demonstradas como segue:

	2013	Incorporação Paraíso	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no resultado abrangente	2014
Provisão para contingência	1.884	-	946	-	2.830
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	593	-	-	-	593
Provisões temporárias	641	13.321	1.196	-	15.158
IR e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	55.591	36.066	55.571	-	147.228
IR e CSLL diferidos sobre de ágio	14.742	-	(3.210)	-	11.532
Diferidos sobre mais valia do imobilizado	(13.797)	(32.464)	(2.843)	-	(49.104)
Depreciação acelerada incentivada	-	(4.942)	-	-	(4.942)
Diferidos sobre mais valia do ativo biológico	(58.572)	(4.960)	(16.521)	-	(80.053)
Valor justo dos investimentos	(5.440)	-	-	(2.948)	(8.388)
Variação cambial - apuração método de caixa	(2.188)	-	26.281	-	24.093
Exclusões temporárias	-	-	388	-	388
Reserva de reavaliação	-	(3.026)	(1.583)	-	(4.609)
Baixa IR e CSLL diferidos sobre base negativa por incorporação	-	-	(36.066)	-	(36.066)
Total	(6.546)	3.995	24.159	(2.948)	18.660

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Os impostos diferidos ativos, conforme expectativa de lucratividade futura da Companhia, serão realizados em até 5 anos.

15 Investimentos

	2014	2013
Investimentos em controlada (a)		
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda. (i)	4.095	4.895
	4.095	4.895

a. Investimentos em controlada

Representam investimentos em empresa controlada avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e adiantamento para futuro aumento de capital, cuja composição encontra-se relacionada no quadro abaixo:

	<u>2014</u>
	Auto Posto
Capital social	100
Quantidade de quotas/ações possuídas	100
Percentual de Participação (i)	100%
Patrimônio líquido em 31 de março de 2013	4.895
Resultado do exercício	(800)
Patrimônio líquido em 31 de março de 2014	<u>4.095</u>
Valor total do investimento	<u>4.095</u>

- (i) Em 18 de outubro de 2012, a Companhia adquiriu da Tonon Holding 100% do capital social da Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda., um posto de gasolina localizado próximo a unidade Santa Cândida. O custo de aquisição foi de R\$ 4.600. Os investimentos não foram consolidados.

Movimentação do exercício

	<u>2014</u>
	Auto Posto
Saldo do investimento em 31 de março de 2013	4.895
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(800)</u>
Saldo do investimento em 31 de março de 2014	<u>4.095</u>

Tonon Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2014 e 2013

16 Imobilizado

Custo	Máquinas e implementos agrícolas											Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Ferramentas e acessórios	Máquinas e implementos agrícolas	Manutenção de entressafra	Imobilizado em andamento	
Saldo em 31 de março de 2012	5.794	74.483	83.852	157.263	1.078	2.900	13.889	125	35.401	47.927	620	423.332
Adições	540	93	20	3.207	85	188	1.725	30	8.304	71.544	4.048	89.784
Baixas	-	-	-	(839)	-	-	-	-	-	(55.434)	-	(56.273)
Transferência entre contas	-	(7.195)	3.172	(99)	124	140	2.851	9	1.520	-	(522)	-
Saldo em 31 de março de 2013	6.334	67.381	87.044	159.532	1.287	3.228	18.465	164	45.225	64.037	4.146	456.843
Adições	-	-	695	3.024	106	160	942	14	1.957	99.758	23.908	130.563
Baixas	-	-	-	(512)	-	-	(727)	-	(5.055)	(72.216)	(396)	(78.906)
Incorporação	666	53.577	-	177.090	1.839	-	23.607	-	39.710	10.141	3.974	310.603
AAP - Investimento	77	-	-	9.192	50	-	408	-	-	-	-	9.728
Capitalização Juros s/ imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.100	2.100
Transferências	-	441	519	10.082	44	766	29	48	1.232	(722)	(12.440)	-
Saldo em 31 de março de 2014	7.077	121.399	88.258	358.408	3.326	4.154	42.725	226	83.069	100.998	21.292	830.932
Depreciação Acumulada												
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Ferramentas e acessórios	Máquinas e implementos agrícolas	Manutenção de entressafra	Imobilizado em andamento	Total
Adições	-	(2.839)	(9.382)	(16.648)	(109)	(499)	(3.140)	(53)	(5.902)	-	-	(38.572)
Transferência entre contas	-	(1.386)	5.384	(3.537)	(124)	(146)	2.468	67	(2.727)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2013	-	(7.872)	(25.016)	(46.276)	(602)	(2.050)	(8.516)	(104)	(11.553)	-	-	(101.988)
Adições	-	(2.852)	(5.424)	(12.081)	(250)	(553)	(4.640)	(60)	(8.186)	-	-	(34.047)
Baixas	-	-	-	320	-	-	431	-	4.456	-	-	5.206
Incorporação	-	(11.237)	-	(60.924)	(1.101)	-	(18.502)	-	(13.703)	-	-	(105.467)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	-	(21.960)	(30.440)	(118.962)	(1.953)	(2.603)	(31.227)	(164)	(28.987)	-	-	(236.296)
Valor líquido contábil												
Em 31/03/2012	5.794	70.836	62.834	131.172	709	1.495	6.045	7	32.477	47.927	620	359.916
Em 31/03/2013	6.334	59.509	62.028	113.256	685	1.178	9.949	60	33.672	64.037	4.146	354.854
Em 31/03/2014	7.077	99.438	57.819	239.446	1.374	1.551	11.498	61	54.082	150.998	21.292	594.636

Os gastos com manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte.

Os ativos imobilizados dados em garantia dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota explicativa 20 - Empréstimos e financiamentos.

A Companhia avalia a cada trimestre se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente.

17 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de cana-de-açúcar, através de contratos com arrendatários e parceiros de cana, para utilização como matéria em seus processos industriais de açúcar e etanol. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras, variando com base na cultura e material genético a que se refere.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

	2014	2013
Ativo biológico no início do período	471.376	398.109
Aumento decorrente da incorporação	147.541	-
Aumento decorrente dos plantios	113.150	65.915
Aumento decorrente dos tratos	103.549	58.750
Amortização da lavoura	(74.485)	(51.312)
Amortização dos tratos	(69.650)	(47.633)
Variação do valor justo	48.586	47.547
	<u>740.067</u>	<u>471.376</u>
Ativo biológico no final do exercício	<u>740.067</u>	<u>471.376</u>

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

	2014	2013
Safra 2013/2014	-	112.936
Safra 2014/2015	207.752	100.732
Safra 2015/2016	184.179	90.013
Safra 2016/2017	145.677	69.435
Safra 2017/2018	110.179	49.257
Safra 2018/2019	65.043	34.751
Safra 2019/2020	21.647	14.252
Safra 2020/2021	5.590	-
	<u>740.067</u>	<u>471.376</u>
	<u>740.067</u>	<u>471.376</u>

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2014	2013
Área estimada de colheita (ha)	81.951	55.267
Produtividade prevista (t/ha)	80,87	76,79
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (kg ATR/t)	140,00	140,00
Preço médio projetado de ATR (R\$/kg ATR)	0,49	0,49

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- Saídas de caixa representadas pelas estimativas de (i) os custos necessários para a transformação biológica de cana (manipulação de colheita) até a colheita, (ii) os custos associados com a colheita / corte, carregamento e transporte (CCT), e (iii) os custos de leasing e de parceria agrícola.

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 6,26% ao ano, compatível com a remuneração do investimento nas circunstâncias. As alterações no valor justo são apresentadas como “As alterações no valor justo dos ativos biológicos”.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos brasileiros do país em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares nos canaviais e análises e controle de doenças e pragas.

18 Intangível

Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Líquido 2014	Líquido 2013
Software e outros	11.626	(1.668)	9.958	2.259
Valor justo contratos com terceiros (a)	16.856	(1.931)	14.925	-
Ágio na combinação de negócios - CPC 15 (b)	113.924	-	113.924	-
Total	137.406	(3.599)	133.807	2.259

- (a) A Paraíso possui um contrato com terceiros onde foi feito o investimento por este em uma planta anexa a Paraíso para a produção de outros produtos a partir do melaço de cana vendido pela Paraíso. Essa planta entrou em operação no final da safra 2012/13. Esse contrato prevê a aquisição de melaço equivalente a moagem de 500 mil toneladas de cana por safra o que representa a produção equivalente a 45 mil m³ de hidratado.
- (b) Refere-se ao goodwill da aquisição e incorporação da Paraíso, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 - Aquisição e incorporação de controlada.

19 Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores diversos	96.136	38.463
Fornecedores de cana	5.109	3.176
Fornecedores - partes relacionadas (nota 26)	883	99
	102.128	41.738
Circulante	98.053	41.726
Não circulante	4.075	12

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperado (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

20 Empréstimos e financiamentos

	2014	2013
Passivo circulante		
Capital de giro	120.809	85.303
Bonds	2.856	10.245
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	18.782	-
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	217.572	10.551
Leasing	-	191
FINAME	6.702	1.161
Sindicalizada	199.484	-
Custeio Agrícola (Pesa)	662	-
Conta Garantida	1.994	-
	568.861	107.451
Passivo não circulante		
Capital de giro	10.260	213.763
Bonds	656.260	575.552
Pré-pagamento à exportação (PPE)	116.605	28.797
FINAME	10.833	4.446
Sindicalizada	-	-
Custeio Agrícola (Pesa)	2.618	-
	796.576	822.558
Total	1.365.437	930.009

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	Indexador	Moeda	Taxa média juros	Ano de vencimento	2014
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	4,50%	2015	18.782
Bonds	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	9,25%	2020	659.117
Capital de giro	Taxa pré-fixada + CDI	R\$	17,44%	2014 a 2015	41.535
Capital de giro	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	11,66%	2014 a 2017	89.534
Finame	Taxa pré-fixada + TJLP	R\$	6,39%	2014 a 2018	17.535
Pré-pagamento à exportação (PPE)	Taxa pré-fixada + CDI/Libor + variação cambial	USD	7,26%	2014 a 2017	334.177
Sindicalizada	Taxa pré-fixada + CDI	R\$	20,05%	2017	98.075
Sindicalizada	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	11,50%	2017	101.410
Custeio Agrícola (Pesa)	IGPM	R\$	7,31%	2019	3.279
Conta garantida	-	R\$	-	2014	1.994
					1.365.437

Os saldos dos empréstimos e financiamentos representados no passivo circulante estão segregados em principal e juros conforme demonstrado abaixo:

	2014		
	Principal	Juros provisionados	Total
Capital de giro	116.699	4.110	120.809
Bonds	-	2.856	2.856
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	18.782	-	18.782
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	213.231	4.340	217.571
Custeio Agrícola (Pesa)	-	662	662
FINAME	6.659	43	6.702
Sindicalizada	194.822	4.663	199.485
Conta Garantida	1.994	-	1.994
	552.187	16.674	568.861
	2013		
	Principal	Juros provisionados	Total
Capital de giro	80.218	5.085	85.303
Bonds	-	10.245	10.245
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	9.676	875	10.551
Leasing	189	2	191
FINAME	1.157	4	1.161
	91.240	16.211	107.451

As parcelas do financiamento classificados como passivo não circulante vencem entre 2015 e 2020, e têm o seguinte cronograma de pagamento.

Ano de vencimento:	2014	2013
2014/2015	-	80.663
2015/2016	57.242	60.625
2016/2017	65.472	42.121
2017/2018	14.598	40.922
2018/2019	386	22.675
2019/2020	658.878	575.552
	796.576	822.558

Garantias

Com garantias:

Modalidade	Garantia	2014	2013
	Ativo imobilizado / Aplicação / Penhor de cana /		
Capital de giro	Etanol	60.267	101.923
FINAME	Ativo imobilizado	17.535	6.917
Leasing	Ativo imobilizado	-	1.455
Pré-pagamento à exportação (PPE)	Ativo imobilizado	156.787	61.492
Sindicalizada	Penhor de cana	46.654	96.941
		281.243	268.728

Em 31 de março 2014 a Companhia não cumpriu com certas obrigações contratuais (covenants) relacionadas a indicadores financeiros e reclassificou o montante de R\$ 314.115 dos saldos do passivo não circulante para o passivo circulante. Adicionalmente, em 14 de maio de 2014 a Companhia captou bonds no montante de US\$ 230 milhões destinados à liquidação antecipada de diversas operações, conforme Nota Explicativa nº 34 - Eventos subsequentes e Nota Explicativa nº 35 - Informações Adicionais.

O cronograma dos pagamentos dos empréstimos no passivo não circulante, antes da reclassificação contábil, está demonstrado abaixo:

Ano de vencimento:	2014
2014/2015	-
2015/2016	184.346
2016/2017	170.177
2017/2018	96.904
2018/2019	386
2019/2020	658.878
	<u>1.110.691</u>

21 Tributos a recolher

	2014	2013
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.361	2.226
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.243	277
Imposto sob Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS	63	1
Imposto sob serviços - ISS	220	171
Outros tributos a recolher	(40)	-
	<u>2.847</u>	<u>2.675</u>

22 Parcelamentos tributários

	2014	2013
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS (ii)	6.147	6.017
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	4.942	4.792
Programa de integração social - PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	1.040	-
Fundo de Garantia por tempo de serviço - FGTS	477	-
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ (i)	239	253
Contribuição sobre o lucro líquido - CSLL (i)	40	42
Outros	352	-
	<u>13.237</u>	<u>11.104</u>
Circulante	6.317	5.265
Não circulante	6.920	5.839

- (i) A Companhia aderiu ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e, em Julho/2011 consolidou substancialmente as suas dívidas referentes a INSS, PIS, COFINS e IRPJ/CSLL.

- (ii) Refere-se basicamente aos débitos de ICMS que foram incluídos no Programa de Parcelamento incentivado do Estado de São Paulo (PPI). Os valores totais dos parcelamentos estão sendo pagos em 120 parcelas mensais.

Cronograma de pagamentos dos parcelamentos tributários classificados no passivo circulante e não circulante:

Ano de vencimento	2014	2013
2013	-	5.265
2014	6.317	2.970
2015	2.169	1.093
2016	2.042	-
2017	1.398	-
2018 a 2024	1.311	1.776
	13.237	11.104

23 Adiantamentos de clientes

	2014	2013
Adiantamento de clientes - Mercado interno (i)	6.847	1.151
Adiantamento de clientes - Mercado externo (ii)	68.592	-
Adiantamento de clientes - Diversos	4.573	5.963
	80.012	7.114
Circulante	22.760	7.114
Não circulante	57.252	-

- (i) O montante refere-se aos adiantamentos efetuados por clientes compradores de etanol.
(ii) Referem-se aos adiantamentos efetuados por clientes compradores de açúcar.

24 Provisão para contingências

A Companhia possui processos de naturezas civil, trabalhista e tributária, todos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Em 31 de março de 2014, a provisão para contingência no montante de R\$ 10.354 refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, como segue:

	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de março de 2013	697	4.991	900	6.588
Incorporação	380	496	120	996
Provisões durante o período	112	3.449	115	3.676
Baixas feitas durante o período	-	(906)	-	(906)
Reclassificações	(100)	220	(120)	-
Saldo em 31 de março de 2014	1.089	8.250	1.015	10.354

Processos tributários

Referem-se a: tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela Companhia, onde foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa dos processos tributários.

Processos cíveis e ambientais

Referem-se a: indenização por danos materiais e morais; ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e execuções de natureza ambiental.

Processos trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas, têm como principais pedidos: horas extras; horas in itinere; supressão do intervalo intrajornada; adicionais de periculosidade e insalubridade; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; adicional noturno; e unicidade contratual com o conseqüente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

Passivos contingentes

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas, fiscais e cíveis no montante estimado em R\$ 50.141 (R\$ 48.063 em 31 de março de 2013). Em razão do estágio em que se encontram essas ações e em função dos advogados considerarem possíveis as chances de êxito, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

25 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de estrutura de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta.

Tal política visa a criar mecanismos que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pelos Comitês de Controladoria, Finanças e de Comercialização, e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração.

As operações de hedge para mitigação dos principais riscos são administradas da seguinte forma:

- Para volatilidade dos preços do açúcar no mercado externo são definidos instrumentos que contemplem o montante de produção de açúcar VHP estimado para a safra;
- Para a taxa de câmbio são observados os montantes a serem recebidos em cada período, conforme fluxo de caixa previsto para a safra; e
- Para as taxas de juros dos passivos financeiros é realizado hedge apenas das operações em que as taxas de juros apresentem volatilidade histórica expressiva.

Todas as posições assumidas são avaliadas constantemente com o objetivo de redimensionar sempre que necessário os volumes protegidos, visto que a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de proteção de seus ativos e passivos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A Companhia tem como escopo principal de sua gestão de risco de crédito contratar operações apenas com instituições financeiras reconhecidas pelo mercado como sólidas, e que sejam previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Dentro deste escopo, está autorizada a abertura de novas posições na bolsa de Nova York - *ICE Futures US* por intermédio da corretora INTL FCStone.

Para o risco de crédito de clientes a Companhia utiliza-se de mecanismos de análises prévias ao cadastro para garantir a idoneidade do potencial cliente, além de operar contratos *spot* para garantir o recebimento antecipado à entrega física do produto vendido, buscando manter um baixo giro médio de recebimento de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2014	2013
Caixa e bancos	65.031	2.809
Aplicações financeiras	14.813	301.777
Outros investimentos	15.474	19.324
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.373
Contas a receber de clientes	7.549	1.466
Outras contas a receber	465	1.653
	103.332	328.402

A Administração com o objetivo de mitigar o risco de crédito pulveriza suas aplicações financeiras e outros investimentos em instituições financeiras consideradas, pelo mercado, de primeira linha.

Perda por redução valor recuperável

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2014	2013
Vencidas		
Em até 30 dias	623	-
De 31 a 60 dias	123	-
Após 61 dias	300	-
Acima de 121 dias	1.201	-
	2.247	-
A vencer		
Em até 30 dias	5.302	1.466
	5.302	1.466
Total	7.549	1.466

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 31 de março de 2013	-
Incorporação	(373)
Saldo em 31 de março de 2014	(373)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	2014				
	Fluxo de caixa	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	102.128	98.053	4.075	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.115	2.115	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.365.437	568.861	137.312	386	658.878
Outras contas a pagar	7.494	7.494	-	-	-
	1.477.174	676.523	141.387	386	658.878
	2013				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	41.738	41.726	12	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.628	1.749	-	2.879	-
Empréstimos e financiamentos	930.009	107.451	54.270	192.736	575.552
Outras contas a pagar	3.205	3.205	-	-	-
	979.580	154.131	54.282	195.615	575.552

Os influxos brutos de entradas / (saídas), divulgados na tabela acima representam os fluxos de caixa relacionados com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O risco cambial ao qual a Companhia está exposta é a valorização do real frente ao dólar, pois parte significativa de suas receitas é proveniente de exportações recebidas em dólar e que em caso de uma valorização do real frente ao dólar causa uma diminuição em suas receitas.

Os mecanismos de hedge visam a garantir um recebimento médio compatível com os resultados projetados pela Companhia para o ano-safra. Para a proteção dos recebimentos provenientes da receita de exportação a Companhia utiliza-se de “Termos de Moeda” (NDF) com as diversas instituições financeiras com as quais opera.

Os saldos de empréstimos e financiamentos expostos ao dólar americano referem-se, materialmente, a operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio, Nota de Crédito à Exportação, Pré-pagamento de Exportação e Bond. A Companhia entende, portanto, que existe um *hedge* natural, visto que as operações serão pagas com recursos provenientes da entrega de açúcar, também em dólares norte-americanos, o que mitiga o risco de impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia está substancialmente atrelada a dólar americano (USD) nas datase base apresentadas abaixo:

	2014		2013	
	R\$	USD	R\$	USD
Ativos				
Ativo circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa				
Depósitos de margem	430	190	-	-
Contas a receber - Mercado externo	7.387	3,264	-	-
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	-	-	1.369	680
Depósitos de margem	-	-	4	2
Total dos ativos	7.817	3,454	1.373	682
	2014		2013	
	R\$	US.	R\$	US.
Passivos				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	178.101	78,701	54.653	27,141
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções futuras (mercado a mercado)	-	-	-	-
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	2.088	923	-	-
Swap de fluxo de caixa	27	12	1.749	869
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.024.736	452,822	737.655	366,300
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap de fluxo de caixa	-	-	2.879	1,430
Total dos passivos	1.204.952	532,458	796.936	395,737
Exposição passiva líquida	1.195.805	528,416	795.563	395,055

Os ativos e passivos monetários foram atualizados e registrados no balanço patrimonial de 31 de março de 2013 e 2014 com a taxa de câmbio apurada pelo Banco Central do Brasil, sendo, respectivamente, de R\$ 2,0138 e R\$ 2,2630 por USD 1,00.

Os saldos de empréstimos e financiamentos referem-se a operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio, Nota de Crédito à Exportação, Pré-Pagamento de Exportação e Bonds, portanto, embora o efeito cambial tenha impacto nas demonstrações financeiras, existe um *hedge* natural, visto que as operações serão pagas com recursos provenientes da entrega de açúcar, também em dólares norte-americanos, o que mitiga o risco de impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi adotado com base na posição da Companhia em 31 de março de 2014. Para os outros cenários, a administração utilizou 25% para um cenário possível e uma variação de 50% para um cenário remoto.

Operações	Remoto (-50%)	Possível (-25%)	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF (*)	(17.486)	(2.806)	2.088	21.660	41.233
Empréstimos e financiamentos	601.419	902.128	1.202.837	1.503.546	1.804.256

(*) As variações foram calculadas sobre a taxa referencial de cada transação, sendo esta, a taxa que seria negociada com as contra partes em 31 de março de 2014.

Risco de taxas de juros

A Companhia tem os custos do endividamento vinculados substancialmente em taxas variáveis e, desta forma, está exposta à volatilidade das seguintes taxas de juros: Libor, TJLP e CDI. Ocasionalmente, quando são verificadas volatilidades expressivas em alguma taxa de juros à qual está exposta, a Companhia protege-se de taxas de juros por meio da contratação de “Swaps de Fluxo de Caixa” vinculados a algumas operações de longo prazo, como Pré-pagamento de Exportações e Notas de Crédito à Exportação, as quais são contratadas com diversas instituições financeiras com as quais a Companhia opera.

Composição dos instrumentos financeiros com taxas de juros variáveis

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era concentrado nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de taxa variável

A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações financeiras.

Riscos de preços

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados, como açúcar e etanol.

A Companhia atua no gerenciamento dos riscos de preços para volumes de açúcar que correspondem à expectativa de produção para a safra. O gerenciamento das posições é feito com o objetivo de possibilitar ajustes nas posições firmadas, em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros da bolsa de Nova York (*ICE Future US - Intercontinental Exchange*) e em mercados de balcão.

Em 31 de março de 2014, nossas fixações de preços de açúcar para safra 14/15, junto a parceiros comerciais ou por meio de instrumentos financeiros derivativos, totalizavam 183.490 mil toneladas ao preço médio de US\$17,41 centavos/lb (centavos de dólar norte-americano por libra-peso) precificadas através do contrato futuro de açúcar bruto No. 11 da *ICE Futures*, Nova York US e 7.500 mil toneladas ao preço médio de US\$475,38 /t (dólar norte-americano por tonelada) precificadas através do contrato futuro de açúcar branco nº 407 da *Euronext LIFFE*.

Análise de sensibilidade

As premissas utilizadas para análise de sensibilidade consideram que, há variação de 10% para mais e 10% para menos a partir dos índices utilizados para apuração do valor justo em 31 de março de 2014.

A Companhia não mostra marcação a Mercado dos contratos de balcão - Açúcar.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Gerenciamento do capital

A avaliação de riscos para gerenciamento do capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Companhia de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valor aos acionistas com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Cabe ao Conselho de Administração definir qual o indicador de desempenho a ser analisado e as ações para atingir o nível desejado.

O indicador utilizado pela Companhia é a relação da dívida líquida dividida pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, incluindo amortização da lavoura, acumulado nos últimos 12 meses). Como dívida líquida, considera-se do primeiro ao terceiro trimestre, o total dos empréstimos e financiamentos excluindo o total de caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos e o valor de estoque em produto acabado. Para o quarto trimestre

(fechamento da safra) considera-se como dívida líquida, o total dos empréstimos e financiamentos excluindo o total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos, e o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses.

Como ações para consecução dos objetivos e metas de gerenciamento do capital, são admissíveis aquelas de revisão da política de dividendos, de investimentos e da gestão dos ativos da Companhia.

O índice considerado satisfatório pela Companhia deve ser igual ou inferior a três, ou seja, a dívida deve ser no máximo, três vezes o EBITDA.

O índice apurado no exercício findo em 31 de março de 2014 foi de 3,45 (2,07 em 31 de março de 2013), estando em acordo com o índice mínimo estabelecido pela Companhia.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2014	2013
Total de empréstimos e financiamentos	1.365.437	930.009
Menos: Caixa equivalente de caixa	(79.844)	(304.586)
Menos: Outros investimentos (*)	(15.474)	(19.324)
Menos: Estoque de produto acabado	(21.679)	-
Dívida líquida	<u>1.248.440</u>	<u>606.099</u>
Total patrimônio líquido	253.340	302.539
Dívida líquida pelo patrimônio líquido	4,93	2,00

(*) Outros investimentos exclui os investimentos reconhecidos pelo custo no Centro de Tecnologia Canavieira, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S.A., Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I S.A. e Auto Posto Santa Cândida.

Classificações contábeis e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias:

	2014	2013
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado		
Outros investimentos	15.474	19.324
Instrumentos financeiros derivativos ativos	-	1.373
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(2.115)	(4.628)
Ativos mantidos pelo custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	79.844	304.586
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	7.549	1.466
Outras contas a receber	465	1.653
Passivos mantidos pelo custo amortizado		
Fornecedores	(102.128)	(41.738)
Empréstimos e financiamentos	(1.365.437)	(930.009)
Outras contas a pagar	(7.494)	(3.205)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2014, não foi realizada reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias acima.

Valor contábil versus valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	79.844	79.844	304.586	304.586
Outros investimentos	15.474	15.474	19.324	19.324
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.373	1.373
Contas a receber de clientes	7.549	7.549	1.466	1.466
Outras contas a receber	465	465	1.653	1.653
Passivos				
Fornecedores	(102.128)	(102.128)	41.738	41.738
Instrumentos financeiros derivativos	(2.115)	(2.115)	4.628	4.628
Empréstimos e financiamentos	(1.365.437)	(1.365.437)	930.009	930.009
Outras contas a pagar	(7.494)	(7.494)	3.205	3.205

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Mensurações de valor justo de Nível 1-** São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Mensurações de valor justo de Nível 2-** São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); e
- **Mensurações de valor justo de Nível 3-** São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	64.601	14.813	-	2.999	301.587	-
Outros investimentos	15.474	-	-	19.324	-	-
Deposito de margem	-	-	-	-	11.601	-
Passivos						
Swap de fluxo de caixa	-	27	-	-	4.628	-
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	-	2.088	-	-	-	-

Instrumentos derivativos

Em 31 de março de 2014, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos foram os seguintes:

	2014	2013
Derivativos ativos		
Depósitos de margem	-	4
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	-	1.369
	-	1.373
Total do ativo circulante	-	1.373
Derivativos passivos		
Posições de açúcar - MtM	-	-
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	2.088	-
Swap de fluxo de caixa	27	4.628
	2.115	4.628
Total dos passivos	2.115	4.628
Total do passivo circulante	2.115	1.749
Total do passivo não circulante	-	2.879

Os valores de depósitos de margem referem-se a recursos mantidos em conta corrente com a corretora INTL FCStone para cobertura de margens iniciais e ajustes diários decorrentes da oscilação de preços do açúcar, para garantir as operações que a Companhia mantém em aberto com a corretora.

O saldo de contratos a termo, NDF, refere-se ao resultado positivo das operações de *hedge* cambial contratadas, na modalidade de NDF.

O saldo do *swap* de fluxo de caixa refere-se ao resultado negativo apurado para operações de *hedge* de fluxo de caixa de operações de pré-pagamento de exportação.

Margens em garantia

A Companhia mantinha em 31 de março de 2014 valores depositados como margem de garantia, conforme determinação da bolsa de Nova York *ICE Future US*, conforme abaixo:

Corretora INTL FCStone	2014	2013
Conta Futuros	-	-
Conta OTC	-	4
	-	4
	-	4

Contratos a Termo - NDF

As contrapartes dos contratos a termo de moeda estrangeira em 31 de março de 2014 são com bancos considerados de primeira linha.

2014						
Posição	Vencimento	US\$ mil	Taxa média fixada R\$/US\$	Valor de referência - R\$	Valor justo - R\$	Efeito a pagar - R\$
Vendida	Maio-14	500	2,4280	1.214	62	62
Vendida	Junho-14	2.250	2,2851	5.141	(76)	(76)
Vendida	Julho-14	7.750	2,2660	17.561	(555)	(555)
Vendida	Agosto-14	9.000	2,2895	20.605	(604)	(604)
Vendida	Setembro-14	8.250	2,3132	19.084	(509)	(509)
Vendida	Outubro-14	6.500	2,3325	15.161	(403)	(403)
Vendida	Novembro-14	500	2,4100	1.205	(3)	(3)
		34.750				(2.088)

Impacto dos instrumentos financeiros derivativos no resultado

Receitas e despesas com derivativos por categoria	2014	2013
Receitas		
Contratos futuros - Açúcar	215	9.500
Contratos a termo de moedas - NDF	142	1.498
Swap de fluxo de caixa	49	358
Total receita	406	11.356
Despesas		
Contratos futuros - Açúcar	(5.012)	-
Contratos a termo de moedas - NDF	(19.540)	(9.017)
Swap de Fluxo de caixa	(566)	(6.332)
Total despesas	(25.118)	(15.349)
Resultado líquido	24.712	(3.993)

26 Partes relacionadas

Remuneração-chave do pessoal da administração

	2014	2013
Ordenados e salários	3.206	1.747
Honorários e bônus	-	88
Contribuições previdenciárias e sociais	304	287
Programa de participação nos resultados	9	313
Outros	100	127
	3.619	2.562

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, composto pela diretoria e conselheiros, em 31 de março de 2014 foi de R\$ 3.619 (R\$ 2.562 em 31 de março de 2013) e inclui salários e benefícios variáveis de curto prazo. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

Outras transações com partes relacionadas

Composição dos saldos dos ativos	2014	2013
Contas a receber		
Estrela Dalva Tecnologia em limpeza	45	-
Silvia de Barros Brisola	130	-
Flavio de Albuquerque Pinheiro	126	-
Wilson Helio de Albuquerque Pinheiro Junior	116	-
Renata de Albuquerque Pinheiro	118	-
Transbocainense Transportes Ltda.	-	1.466
	<hr/>	<hr/>
Total do contas a receber - Partes relacionadas (nota 9)	535	1.466
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Adiantamentos a fornecedores		
Abelmir BortoloTonon	40	374
Alfredo Tonon e Outros	245	1.211
Antônio Tonon	-	237
Aparecida T. Tonon Ghiselli	47	357
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	845	855
Celso Roberto Tonon	-	324
DioneteTonon	96	116
José Antônio Tonon	476	876
Mauro de Albuquerque Pinheiro	517	-
Renato José Tonon	316	689
Tereza de Francisco	39	-
Transbilin Transp. Ltda.	-	1.902
TononAgroimóveis Rurais Ltda.	-	1.490
Transbocainense Transportes Ltda.	-	1.041
Tonon Holding	500	-
Vera Tonon Durante	555	180
Wilson Jelio Albuquerque Pinheiro Junior	314	-
	<hr/>	<hr/>
Total do adiantamento a fornecedores - Partes relacionadas (nota 11)	3.990	9.652
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Composição dos saldos do passivo		
	2014	2013
Fornecedores		
ABT Participações Ltda.	12	8
Alfredo Tonon e Outros	9	-
Auto Posto Santa Candida de Bocaina Ltda.	-	10
ALT Participações Ltda.	12	8
ANT Participações Ltda.	12	8
CAJRT Participações Ltda.	12	8
Celso Roberto Tonon	26	15
JAT Participações Ltda.	12	8
J. Tonon Transp. Ltda.	31	28
RJT Participações Ltda.	12	6
TononAgroimóveis Rurais Ltda.	659	-
Pinhal Administração de bens próprios	21	-
Flavio de Albuquerque Pinheiro	65	-
	<hr/>	<hr/>
Total de fornecedores - partes relacionadas (nota 19)	883	99
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

2014

	Compra de combustível	Compra de Cana-de- açúcar	Serviços tomados	Fianças tomadas	Despesa com pró- labore	Compra de ativo imobilizado	Aquisição Paraíso	Total
AbelmirBortoloTonon	-	-	-	130	-	1.960	-	2.090
ABT Participações Ltda.	-	-	-	-	144	-	-	144
Alfredo Tonon	-	346	-	190	-	-	-	536
Alfredo Tonon e Outros	-	10	-	-	-	-	-	10
ALT Participações Ltda.	-	-	-	-	144	-	-	144
ANT Participações Ltda.	-	-	-	-	144	-	-	144
Antônio Tonon	-	-	-	81	-	-	-	81
Aparecida T. Tonon Ghiselli	-	249	-	-	-	-	-	249
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	28.674	-	-	-	-	-	-	28.674
CAJRTParticipações Ltda.	-	-	-	-	144	-	-	144
Carlos Eduardo B. Tonon	-	-	-	-	-	30	-	30
Celso Roberto Tonon	-	315	-	147	-	-	-	462
DioneteTonon	-	137	-	-	-	-	-	137
Flavio Albuquerque Pinheiro	-	61	-	121	-	-	14.276	14.468
J. Tonon Transportes Ltda.	-	-	497	-	-	-	-	497
JAT Participações Ltda.	-	-	-	-	144	-	-	144
José Antônio Tonon	-	187	-	156	-	-	-	343
Pinhal Administração de Bens	-	1.006	-	-	-	-	-	1.006
Renata de Albuquerque Pinheiro	-	61	-	121	-	-	14.276	14.468
Renato José Tonon	-	47	-	147	-	-	-	194
RJT Participações Ltda.	-	-	-	-	144	-	-	144
Silvia de Barros Brisola	-	30	-	61	-	-	7.142	7.233
Tonon Agro Imóveis Rurais Ltda.	-	10.375	-	-	-	-	-	10.375
Transbilin Transportes Ltda.	-	-	-	-	-	1.475	-	1.475
Transbocainense Transportes Ltda.	-	-	-	-	-	2.351	-	2.351
Wilson Helio A. Pinheiro Jr.	-	61	-	121	-	-	14.276	14.468
Total	28.674	12.885	497	1.275	864	5.816	50.000	100.011

2013

	Compra de combustível	Compra de Cana-de-açúcar	Serviços tomados	Fianças tomadas	Despesa com Pró-labore	Compra de ativo imobilizado	Total
AbelmirBortoloTonon	-	-	-	152	-	510	662
ABT Participações Ltda.	-	-	-	-	94	-	94
Alfredo Tonon	-	403	-	224	-	-	627
ALT Participações Ltda.	-	-	-	-	94	-	94
ANT Participações Ltda.	-	-	-	-	94	-	94
Antônio Tonon	-	-	-	95	-	-	95
Aparecida T. TononGhiselli	-	324	-	-	-	-	324
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	24.979	-	-	-	-	-	24.979
CAJRTParticipações Ltda.	-	-	-	-	94	-	94
Carlos Eduardo B. Tonon	-	22	-	-	-	518	540
Celso Roberto Tonon	-	407	-	173	-	-	580
DioneteTonon	-	26	-	-	-	-	26
Fernando José B. Tonon	-	-	-	-	-	128	128
J. Tonon Transportes Ltda.	-	-	482	-	-	-	482
JAT Participações Ltda.	-	-	-	-	94	-	94
José Antônio Tonon	-	313	-	183	-	-	496
Renato José Tonon	-	762	-	173	-	-	935
RJT Participações Ltda.	-	-	-	-	94	-	94
Tonon Agro Imóveis Rurais Ltda.	-	9.832	-	-	-	-	9.832
Transbilin Transportes Ltda.	-	-	46	-	-	-	46
Transbocainense Transportes Ltda.	-	-	135	-	-	-	135
Total	24.979	12.089	663	1.000	564	1.156	40.451

27 Patrimônio líquido

Capital social

Em 03 de maio de 2013 houve o aumento de capital pela FIP Terra Viva através da capitalização de crédito oriundo da alienação à Companhia de suas ações de emissão da Paraíso Bioenergia S.A., no montante de R\$70 milhões. Esse aumento está dividido em R\$ 8.954 no capital social e R\$ 61.046 na reserva de capital representada pelo valor excedente do preço de emissão na subscrição de ações.

Em 31 de março de 2014, o capital social é de R\$ 88.265, dividido em 55.200.009 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e 33.064.744 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. O capital social é composto pelos seguintes acionistas:

	2014		2013	
	Ações (milhares)	R\$	Ações (milhares)	R\$
Tonon Holding S.A. (i)	55.200	55.200	55.200	55.200
FIP - Terra Viva (ii)	33.065	33.065	24.110	24.110
		88.265		79.310

- (i) Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais garantem direito de voto na Assembleia Geral;
- (ii) Ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto na Assembleia Geral, sendo assegurada a prioridade no reembolso do capital.

Todo capital social encontra-se subscrito e devidamente integralizado.

Reserva de capital

Representada pelo valor excedente do preço de emissão na subscrição de ações pelo fundo FIP Terra Viva.

Reserva especial de ágio

Representada pelo benefício fiscal gerado pelo ágio através das incorporações societárias realizadas pela Companhia.

A Companhia, para fins societários, realizou a baixa desse ágio, pois para as práticas contábeis adotadas no Brasil esse ágio não atende aos requisitos de reconhecimento contábil, entretanto, a parcela do benefício fiscal a qual a Companhia tem direito foi mantida conforme opinião legal de seus assessores legais.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei no. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

Havendo lucro no exercício, o estatuto social vigente da Companhia requer que a Assembleia Geral ordinária delibere sobre a distribuição de dividendos, sendo de no mínimo 30% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no. 6404/76.

Ajuste de avaliação patrimonial

Referente a adoção do custo atribuído feita para o ativo imobilizado na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se à alocação do preço de compra da aquisição da controlada Paraíso Bioenergia S.A. no montante de R\$ 50 milhões. Esse valor deverá ser subscrito ao capital da Tonon Bioenergia S.A. através de ações ordinárias da vendedora ou pago em moeda corrente nacional até o mês de maio de 2015, conforme opção da Tonon Bioenergia S.A., previsto no contrato de compra e venda.

28 Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol e energia elétrica para os mercados interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e receita líquida é como segue.

	Consolidado IFRS / CPC	Controladora - CPC	
	2014	2014	2013
Receita bruta de vendas no mercado interno	343.035	242.398	217.317
Receita bruta de vendas no mercado externo	502.188	426.942	410.161
Receita bruta de vendas de serviços	6.014	5.551	2.554
	851.237	674.891	630.042
Menos:			
Deduções e abatimentos	(14.904)	(14.767)	(15.762)
Impostos sobre as vendas	(31.782)	(15.164)	(20.177)
	(46.686)	(29.931)	(35.939)
Total da receita	804.551	644.960	594.103

29 Despesas e outras receitas operacionais

	Consolidado	Controladora - CPC	
	IFRS / CPC		
	2014	2014	2013
Despesas operacionais por natureza			
Despesa com pessoal	(20.937)	(18.176)	(12.405)
Serviços de terceiros	(7.367)	(6.030)	(4.806)
Despesas comerciais de fretes e embarques	(52.179)	(47.132)	(40.284)
Despesas com impostos, taxas e contribuições	(2.675)	(2.625)	(422)
Outras despesas	(5.638)	(5.007)	(1.345)
Depreciação e amortização	(2.318)	(2.050)	(1.146)
Ganho na venda de investimentos	(802)	(802)	(2.747)
Ajuste no valor justo dos investimentos	-	-	1.752
Outras receitas operacionais líquidas	13.215	9.088	108
Despesa / PDD - Clientes	-	-	5.478
	(78.702)	(72.735)	(55.817)
Despesas operacionais por função			
Despesas administrativas	(17.151)	(11.169)	(5.220)
Despesas de vendas	(53.724)	(48.677)	(36.030)
Despesas gerais	(17.979)	(18.578)	(14.023)
Outras receitas operacionais líquidas	10.152	5.689	(544)
	(78.702)	(72.735)	(55.817)

30 Resultado financeiro líquido

	Consolidado	Controladora - CPC	
	IFRS / CPC		
	2014	2014	2013
Receitas financeiras			
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	7.666	4.802	1.339
Multas contratuais	-	-	13.421
Rendimentos de aplicações financeiras	7.696	7.488	7.536
Descontos obtidos	715	704	356
Juros ativos	4.217	1.316	4.726
Variação cambial ativa	269.025	250.362	51.770
	289.319	264.672	79.148
Despesas financeiras			
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(33.361)	(25.248)	(15.349)
Juros passivos e despesas bancárias	(112.014)	(94.678)	(94.798)
Variação cambial passiva	(452.206)	(401.711)	(102.743)
	(597.581)	(521.637)	(212.890)
Resultado financeiro líquido	(308.262)	(256.965)	(133.742)

31 Subvenção governamental

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Mato Grosso do Sul na forma de deferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. A utilização do benefício pela Companhia está condicionada ao cumprimento

de todas as obrigações fixadas no termo de acordo, cujas condições referem-se a fatores sob controle da própria Companhia.

O benefício relativo a redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração de resultado como deduções na linha impostos sobre as vendas.

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2014, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 4.245 e R\$ 4.553, respectivamente.

32 Compromissos firmes

Abaixo consta a expectativa de produção para a Safra 2014/2015 com os respectivos volumes de compromissos com clientes, bem como os compromissos para as próximas safras, referentes a contratos já firmados com clientes e fornecedores, parceiros e arrendamentos de cana-de-açúcar.

Safra 2014/2015 - Produção prevista versus compromissos com clientes

Valores de açúcar (em toneladas)			
	Produção prevista + Estoque	Compromissos Com clientes	Volume Compromissado (%)
31/03/2014	549.667	499.700	90,91%

Compromissos com clientes para as próximas safras para venda de açúcar

Ano/Safra	Toneladas de açúcar
2015/2016	478.500
2016/2017	278.500
2017/2018	135.000
2018/2019	81.000
	973.000

Safra 2014/2015 - Contratos fechados para 2014 e anos subsequentes de fornecedores e parceiros e arrendamentos

Safra futura	Compromissos com fornecedores em milhares de R\$
Safra 2014/2015	161.238
Safra 2015/2016	134.811
Safra 2016/2017	114.002
Safra 2017/2018	84.937
Safra 2018/2019	42.703
Safra 2019/2020	28.075
Safra de 2020/2021 a 2029/2030	144.020
	709.786

Para fins de valorização dos compromissos de pagamentos de fornecedores, parceiros e arrendamentos, foi utilizado o valor do ATR vigente no mês de março de 2014 de R\$ 0,4938 kg/ATR em 2014 e nas demais safras para os compromissos fechados.

33 Programa de participação nos lucros e resultado

Em conformidade com os Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia implementou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas tendo como base o plano orçamentário.

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) índices operacionais agroindustriais; (ii) índice orçamentário; (iii) índices estatísticos de segurança, saúde e meio ambiente; (iv) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (v) desempenho econômico-financeiro.

O valor da participação nos lucros e resultado, o qual foi registrado como custos e despesas operacionais, está demonstrado abaixo:

	2014	2013
Participação nos lucros e resultados	9.438	7.670

34 Eventos subsequentes

Em 14 de maio de 2014, a Tonon Bioenergia S.A. concluiu a emissão de US\$230 milhões no exterior de notas (bonds) com vencimento de principal em 5 anos e pagamentos de juros semestrais (maio e novembro) e cupom de 10,5% a.a.. A Fitch e a S&P atribuíram classificação de risco em escala global (rating) B. A transação foi coordenada pelo Morgan Stanley e HSBC.

Os recursos oriundos desta emissão são destinados à liquidação antecipada de diversas operações, conforme demonstrado na nota explicativa 35 – Informações adicionais.

35 Informações adicionais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 34 - Eventos Subsequentes, o valor de US\$ 230 milhões referente à captação dos bonds foi destinado à liquidação antecipada de diversas operações. Conforme demonstrado no quadro a seguir, estão apresentadas as movimentações ocorridas com a captação e o cenário atual após a entrada dos recursos e as liquidações ocorridas.

	31/03/2014	Reclassificação (Quebra <i>covenants</i>)	31/03/2014	Captação / Pagamentos	31/03/2014 (Após Eventos subsequentes)	Waiver	31/03/2014 (Após Waiver)
Passivo circulante							
Capital de giro	72.891	47.918	120.809	-	120.809	(47.918)	72.891
Bonds	2.856	-	2.856	-	2.856	-	2.856
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	18.782	-	18.782	-	18.782	-	18.782
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	97.491	120.081	217.572	(217.572)	-	-	-
FINAME	6.702	-	6.702	(6.702)	-	-	-
Sindicalizada	53.368	146.116	199.484	(199.484)	-	-	-
Custeio Agrícola (Pesa)	662	-	662	-	662	-	662
Conta Garantida	1.994	-	1.994	-	1.994	-	1.994
	254.746	314.115	568.861	(423.758)	145.103	(47.918)	97.185
Passivo não circulante							
Capital de giro	58.178	(47.918)	10.260	-	10.260	47.918	58.178
Bonds	656.260	-	656.260	518.506	1.174.766	-	1.174.766
Pré-pagamento à exportação (PPE)	236.686	(120.081)	116.605	(43.149)	73.456	-	73.456
FINAME	10.833	-	10.833	(10.833)	-	-	-
Sindicalizada	146.116	(146.116)	-	-	-	-	-
Custeio Agrícola (Pesa)	2.618	-	2.618	-	2.618	-	2.618
	1.110.691	(314.115)	796.576	464.524	1.261.100	47.918	1.309.018
	1.365.437	-	1.365.437	40.766	1.406.203	-	1.406.203